

# Registro Civil das Pessoas Naturais de Pontal do Paraná

## Checklist – Nascimento de indígena

(arts. 30, inciso I, e 50 a 55 da LRP, arts. 115 e 480 do CNN, arts. 190 e 233 do CNPR, art. 102 da Lei nº 8.069 e Resolução Conjunta nº 03 do CNJ)

OK	
O assento de nascimento de indígena não integrado é facultativo.	
Caso o registro de nascimento da pessoa indígena esteja desacompanhado da respectiva Declaração de Nascido Vivo (DNV), o Oficial de Registro deverá exigir declaração firmada por 02 (duas) testemunhas, maiores e capazes, diferente dos genitores, que tenham presenciado o parto do recém-nascido. <b>Atenção!</b> Na ausência das testemunhas, o Oficial de Registro poderá exigir prova complementar, tal como acompanhamento pré-natal, carteira de vacinação, dentre outros.	
<b>O assento do nascimento deverá conter:</b> 1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada; 2º) a naturalidade do registrando; <b>Atenção!</b> A pedido do declarante, a aldeia ou o território de origem da pessoa indígena, bem como de seus ascendentes, poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento. 3º) o sexo do registrando; 4º) o nome da criança; <b>Atenção!</b> Ao nome do registrando, de livre escolha do declarante, não se aplica o disposto no art. 55, § 1º, da LRP (prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores). <b>Atenção!!</b> O povo indígena, também considerada a etnia, grupo, clã ou a família indígena a que pertença o registrando, pode ser lançado como sobrenome, a pedido do declarante, e na ordem indicada por este. 5º) o número do CPF; 6º) os nomes, a nacionalidade, profissão, naturalidade, data de nascimento, número de CPF, o endereço de residência dos pais e a idade da genitora na ocasião do parto; 7º) os nomes dos avós; <b>Atenção!</b> A pedido do declarante, poderão figurar, como observações do registro civil de nascimento, a declaração de que o registrando é pessoa indígena e a indicação do seu povo e de seus ascendentes, também considerada a etnia, grupo, clã ou família indígena. 8º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido, e a ordem de nascimento; 9º) os nomes, a profissão e a residência das 02 (duas) testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde; 10º) o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo, <i>exceto na hipótese de registro tardio</i> . <b>Atenção!</b> Caso o declarante tenha interesse em adicionar dados dos itens 2º, 4º e 7º na língua indígena, o Oficial de Registro deverá assim proceder; no entanto, em caso de dúvida acerca da grafia correta, deverá consultar pessoa com domínio do idioma indígena, a ser indicada pelo declarante.	

<b>Atenção!!</b> Em caso de dúvida fundada acerca do pedido de registro, o Oficial de Registro poderá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena (RANI), ou a presença de representante da FUNAI.	
---	--

O Oficial de Registro deverá comunicar imediatamente à FUNAI o assento de nascimento do indígena, para as providências necessárias ao registro administrativo.	
--	--

**Obs. 1:** Caso o declarante do registro não compreenda a língua portuguesa, poderá ser por ele indicado um tradutor ou pessoa de sua confiança, para auxiliá-lo no ato, cuja qualificação completa deverá constar no registro;

**Obs. 2:** Havendo dúvida quanto à autenticidade de qualquer dos documentos apresentados, o Oficial de Registro submeterá o caso ao juízo competente, fundamentando os motivos da dúvida;

**Obs. 3:** Na lavratura de atos registrais todos os comparecentes declararão ciência e concordância, de forma livre, informada e inequívoca, com o fato de que o Oficial de Registro e seus auxiliares, em decorrência da lavratura do ato, poderão acessar, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, dados pessoais e as informações e demais dados prestados, compartilhando-os com outros agentes de tratamento de dados, exclusivamente para fins de execução e conclusão do ato notarial ou registral solicitado pelas partes, tudo em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

REGISTRO TARDIO	
Mesmo sendo facultativo, o registro deve observar o prazo legal do art. 50 da LRP; do contrário, deverá ser observado o art. 6º <sup>1</sup> da Resolução Conjunta nº 03 do CNJ.	
O registro tardio do indígena poderá ser realizado: I - mediante a apresentação do RANI; II - mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a ser identificado no assento; ou III - na forma do art. 46 da LRP.	
O registro será lavrado mediante apresentação de requerimento do próprio registrando, ou de seu representante legal se incapaz, ao RCPN do local de residência do interessado. <b>Atenção!</b> Em caso de dúvida fundada acerca da autenticidade das declarações ou de suspeita de duplicidade de registro, o Oficial de Registro poderá exigir a presença de representante da FUNAI e apresentação de certidão negativa de registro de nascimento das serventias de registro que tenham atribuição para os territórios em que nasceu o interessado, onde está situada sua aldeia de origem e onde é atendido pelo serviço de saúde. <b>Atenção!!</b> O Oficial de Registro deverá comunicar imediatamente o registro tardio de nascimento do indígena à FUNAI, a qual informará o juízo competente quando constatada duplicidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.	
Se o Oficial de Registro tiver dúvida ou suspeitar da falsidade da declaração das testemunhas do requerimento do registro tardio, poderá exigir, entre outros, <u>cumulada</u> ou <u>isoladamente</u> : I – declaração de pertencimento a comunidade indígena, assinada por, pelo menos, 03 (três) integrantes indígenas da respectiva etnia; II – informação de instituições representativas ou órgãos públicos que atuem e tenham atribuição de atuação nos territórios onde o interessado nasceu ou residiu, onde seu povo, grupo, clã ou família indígena de origem esteja situada e onde esteja sendo atendido pelo serviço de saúde.	
Será <b>obrigatória</b> a exigência da <b>certidão negativa</b> de registro de nascimento da serventia competente do local de nascimento e a busca, pelo Oficial de Registro, por registro de nascimento junto à Central de Informações do Registro Civil (CRC).	

**Obs. 1:** A dúvida ou a suspeita acerca do requerimento de registro tardio deverá ser fundamentada e, caso persista, o registrador submeterá o caso ao juízo competente.

**Obs. 2:** Na lavratura de atos registrais todos os comparecentes declararão ciência e concordância, de forma livre, informada e inequívoca, com o fato de que o Oficial de Registro e seus auxiliares, em decorrência da lavratura do ato, poderão acessar, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, dados pessoais e as informações e demais dados prestados, compartilhando-os com outros agentes de tratamento de dados, exclusivamente para fins de execução e conclusão do ato notarial ou registral solicitado pelas partes, tudo em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>1</sup> Art. 6º O registro tardio de nascimento da pessoa indígena será realizado na forma do art. 46 da Lei nº 6.015/1973, mediante requerimento do próprio registrando, ou de seu representante legal se incapaz, ao serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais.

**ILMO. SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE MMMMM/EE**

**I – SOLICITANTE:** Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no RG nº NNNNN, e no CPF nº NNNNNN, residente à Rua RRRRR, na cidade de CCCCC/EE, telefone de contato (XX) NNNNN, vem, respeitosamente, requerer a Vossa Senhoria que se digne de autorizar a lavratura de registro de nascimento tardio, de acordo com a legislação em vigor, prestando para este fim as declarações seguintes:

**II – QUE NASCEU:** Nome, no dia DD/MM/AAAA, do sexo masculino/feminino, às XXhXXmin., no local LLLLL, na cidade de CCCCC/EE.

**III – FILHO DE:**

**IV – AVÓS PATERNOS:**

**V – AVÓS MATERNOS:**

Nestes termos, pede deferimento.  
Cidade/EE, em DD/MM/AAAA

Assinatura(s): \_\_\_\_\_  
(Assinatura do requerente)

ATESTAMOS SEREM VERDADEIRAS AS DECLARAÇÕES SUPRA

Testemunha 1: \_\_\_\_\_

Testemunha 2: \_\_\_\_\_